

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 731/25**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Código Brasileiro de Aeronáutica,
- RBHA (Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica)
- RBAC (Regulamento Brasileiro de Aviação Civil),
- Código Penal
- Constituição Brasileira.

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil

- [Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial nº 94/2017](#)
- [Instrução Suplementar E94.503-001](#)
- [Instrução Suplementar E94-001](#)
- [Instrução Suplementar E94-002](#)
- [Instrução Suplementar E94-003](#)

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

- [Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019 - Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações.](#)
- [Resolução nº 506, de 1º de julho de 2008 – Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita.](#)
- [Resolução nº 635, de 9 de maio de 2014 – Regulamento sobre Autorização de Uso Temporário de Radiofrequências.](#)
- [Portaria 465, de 22 de agosto de 2007 – Aprovar a NORMA Nº 01/2007, anexa a esta Portaria, que estabelece os procedimentos operacionais necessários ao requerimento para a execução do Serviço Especial para fins Científicos ou Experimentais](#)

DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo

- [Portal Drone/RPAS](#)

DECEA – Força Aérea Brasileira - Circular de Informações Aeronáuticas, AIC N 21/10 – VEÍCULOS AÉREOS NÃO TRIPULADOS.

**PROCURADORIA**

- Portaria DECEA nº 415/DGCEA, de 9 de novembro de 2015, que aprova a edição da ICA 100-40, que trata dos “Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro”;
- Portaria DAC nº 207- Força Aérea Brasileira, que estabelece as regras para a operação do aeromodelismo no Brasil.
- Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial – RBAC –E nº 94, aprovada pela Resolução nº 419, de 2 de maio de 2017, que trata dos requisitos gerais para aeronaves não tripuladas de uso civil;
- Lei Municipal nº 13.396, de 26 de julho de 2002, que cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU, e dá outras providências – cópia parcial;
- Lei Municipal nº 16.116, de 9 de janeiro de 2015, que cria o conselho municipal da Segurança Urbana;
- Lei Municipal nº 16.817, de 02 de fevereiro de 2018, que adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal, institui o Programa de sua implementação, autoriza a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 42.663, de 29 de novembro de 2002, que regulamenta o artigo 13 da Lei nº 13.396, de 26 de julho de 2002, o qual cria o Conselho Interdisciplinar Consultivo da Secretaria Municipal de Segurança Urbana;
- Decreto Municipal nº 42.808, de 24 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a constituição de Força-tarefa Permanente e Integrada para o combate a atividades ilegais e focos de violência urbana no Município de São Paulo;
- Decreto Municipal nº 43.473, de 15 de julho de 2003, que altera o artigo 1º do Decreto nº 40.198, de 27 de dezembro de 2000, que dispõe sobre permissão para a instalação de Bases Comunitárias de Segurança em áreas municipais;
- Decreto Municipal nº 50.388, de 16 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU, em cumprimento ao disposto no artigo 28 da Lei nº 14.879, de 7 de janeiro de 2009, bem como dispõe sobre o seu quadro de cargos de provimento em comissão, transfere a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC e a Supervisão da Junta do Serviço Militar;
- Decreto Municipal nº 50.945, de 26 de outubro de 2009, que dispõe sobre a organização do Centro de Formação em Segurança Urbana – CFSU, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana;
- Decreto Municipal nº 51.379, de 31 de março de 2010, que introduz alterações no Decreto nº 50.388, de 16 de janeiro de 2009; define as atribuições das unidades que



PROCURADORIA

especifica, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, e cria, na estrutura do Gabinete do Secretário, a Assessoria de Imprensa e Comunicação;

- Decreto Municipal nº 58.199, de 18 de abril de 2018, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas que especifica, bem como introduz alterações em dispositivos dos Decretos nº 52.649, de 15 de setembro de 2011, nº 55.003, de 4 de abril de 2014, nº 42.819, de 31 de janeiro de 2003, e nº 50.945, de 26 de outubro de 2009;

- Lei Municipal nº 17.501, de 03/11/2020, que dispõe sobre a observância de normas técnicas para o uso do espaço público pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e demais empresas que compartilhem sua infraestrutura e sobre a retirada de fios inutilizados em vias públicas do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Decreto nº 60.432, de 04/08/2021, que define os parâmetros de qualificação das áreas a serem consideradas como regiões de interesse do Poder Público para os fins do disposto no inciso V do "caput" do artigo 1º da Lei nº 13.614, de 2 de julho de 2003, bem como as obras e os serviços de interesse público que nelas possam ser executados.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls.

São Paulo, 04 de julho de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Legislativa Supervisora
OAB/SP 155.068